

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS COMO ALTERNATIVA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES PRODUTIVAS LOCAIS: AS ARTESÃS DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA

Valkiria Trindade de Almeida Santos¹
Marcio Mendes Rocha²

RESUMO

O presente trabalho objetiva demonstrar a metodologia para o diagnóstico de potencialidades produtivas locais, como etapa inicial para a pré-incubagem de empreendimentos econômicos solidários. Para isso, utiliza como estudo de caso o município periférico de Guaporema, que está situado na mesorregião de Cianorte - PR, e que por transformações nas suas atividades produtivas apresenta problemas de declínio demográfico. No tocante às potencialidades locais, destaca-se com maior ênfase o caso das mulheres artesãs, pois estas, mesmo diante das adversidades e da marginalidade em relação à economia formal, são expressões de resistência e criatividade na produção e geração de renda.

Palavras-chaves: Diagnóstico de potencialidades, potencialidades locais, mulheres artesãs.

ABSTRACT

The present work aims at to demonstrate the methodology for the diagnosis of local productive potentialities, as initial stage for the pré-incubagem of solidary economical enterprises. For that, it uses as case study the outlying municipal district of Guaporema, that is placed in the mesorregião of Cianorte-PR, and that for transformations in their productive activities presents problems of demographic decline. Concerning the local potentialities, she stands out with larger emphasis the women artisans' case, because these, even due to the adversities and of the delinquency in relation to the formal economy, they are resistance expressions and creativity in the production and generation of income.

Keywords: Diagnosis of potentialities, local potentialities, women artisans.

¹ Mestranda em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e membro do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização – valkiariats2006@gmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Pós Graduação - Mestrado em Geografia - da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização – mmrocha@uem.com.br

Introdução

Segundo estudos das ciências humanas, o desenvolvimento regional pode ser contemplado numa escala vertical ou horizontal. No primeiro caso, não são consideradas as especificidades locais que formam determinada região. Utiliza-se a população como mão-de-obra para atender as necessidades do capital externo. Já no segundo caso, é necessário realizar um estudo junto à população e verificar as lacunas existentes que dificultam a geração de trabalho e renda.

Utilizando-se da perspectiva da tecnologia social, a qual se justifica pela busca de métodos e técnicas que possibilitem aos atores sociais a autonomia na produção e geração de renda, realizamos uma investigação geoeconômica no município de Guaporema. Esta pesquisa resultou num diagnóstico das potencialidades produtivas locais que poderá ser entrelaçado com os objetivos da economia solidária, permitindo uma melhor qualidade de vida da população geral, mas especialmente, para as mulheres que possuem certa autonomia na organização do trabalho alternativo.

1. Como se processaram as investigações no município.

É sabido que existe uma lógica local e uma lógica global que justificam os processos de produção do espaço. Podemos analisá-las sobre várias ordens e escalas, no entanto, quando se estuda o espaço do homem, faz-se necessário entender a sua organização local para dimensioná-lo no contexto global. A partir do momento que se investiga a dinâmica do seu lugar (e/ou de sua região), reúnem-se ferramentas que permitem entender e possivelmente justificar sua ação na construção do espaço, já que este está muito além do espaço físico em si, adquirindo uma dimensão maior quando se trata das relações sociais, ou seja, quando analisamos o espaço geograficamente. Justificamos isso, nos dizeres de Milton Santos:

“A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade” (SANTOS, 2004, p.54).

Mesmo elegendo “teoricamente” o lugar para o estudo de caso, não se tem a noção do que se pode esperar “in loco”. Muitas questões se interpõem diante da expectativa do local de investigação. Geralmente, tais questões justificam algumas

angústias pelo desconhecido. No caso de Guaporema não foi diferente, pois apesar de possuímos algumas informações relativas à Geografia, a possibilidade do olhar com propriedade, da perspectiva própria, foi essencial para que desenvolvêssemos nossa percepção e identificássemos os pontos positivos e negativos que fazem parte da formação das características geoeconômicas da cidade.

O nosso interesse por este município deu-se a partir da constatação de que o mesmo havia sofrido uma massiva perda de habitantes, possuindo uma população de apenas 2.244 habitantes (IBGE, 2002), e que na década de 1960, estima-se, chegou a possuir entre 12.000 e 14.000 habitantes. Buscar-se-á uma reflexão dos fatores possíveis que causaram a mobilidade dessa população para fora do município, que acabou se tornando, num certo momento de sua história, uma área de repulsão. Ressaltamos que atualmente este município busca formas de atrair população ou ao menos oferecer condições para que os habitantes atuais e os seus descendentes permaneçam no município, já que o encolhimento da mesma possui uma implicação na consolidação das instituições. Podemos constatar isso, através do trecho da entrevista de uma moradora, que abriu o primeiro mercado da cidade somente em 1992:

“... Comecei em 1992, nessa época era tudo devagar. Eu comecei trabalhando num açougue. Quando me casei nós abrimos um restaurante, ficamos alguns anos com ele, daí tive a idéia de abrir um mercado, a princípio meu marido não acreditou, mas depois viu que seria bom, porque não tinha no município, todo mundo ia fora, devagar foi fluindo, a gente ia melhorando a estrutura, acreditando, o município estava reagindo bem, não só na minha área, mas de forma geral, porque nós tivemos um período difícil, a partir de 1992 e de 1993 pra cá o município começou a deslanchar, nos últimos seis anos o município abriu bem na área comercial, todo mundo investiu na aparência, abriu outro mercado além do nosso, nós conseguimos reformar o nosso que era bem pequeno, infelizmente a única perda que o município tem é a falta de um banco, é o que faz falta hoje, porque como o comércio avançou, o setor financeiro melhorou, em função do crescimento das indústrias de confecções, aí foi que o emprego fluiu e o dinheiro começou a girar cada vez mais dentro do comércio. Está faltando um banco para suprir o comércio na parte financeira....”(moradora de Guaporema)

Nesta primeira fase, utilizamo-nos das ferramentas da Geografia Cultural, que segundo Sauer (*apud* Côrrea, página 23), afirma que uma geografia deste tipo é, portanto, uma ciência de observação que utiliza a habilidade no estudo de campo e na representação cartográfica e, no entanto, é também geográfica tanto nos seus métodos como em seus objetivos. Ou seja, através de uma investigação detalhada da história e das características econômicas da cidade, contada por sua população, que por estar envolvida, possibilitaria uma análise mais profícua deste caso.

Para a agilização das atividades que seriam desenvolvidas em Agosto de 2006, entramos em contato com a prefeitura do município e a escola onde realizaríamos as atividades. Estes, nos colocaram em contato com pessoas-chave que detêm em sua experiência a história do município: os pioneiros.

Verificamos que seriam necessárias mais duas atividades de campo durante essa fase, então elegemos mais dois dias do mês de novembro de 2006. Nosso intuito era entrevistar ainda pessoas de vários segmentos, entre elas, a dona do único posto de combustível da cidade e do primeiro mercado, o padre recém-chegado, a dona da maior facção da cidade, costureiras, servidores públicos, marceneiro, bóias-frias e desempregados. Só com este rol de entrevistas poderíamos mapear a realidade local sob diversas perspectivas.

As entrevistas que realizamos foram semi-diretivas e estavam orientadas sobre os seguintes eixos: Desenvolvimento Local Sustentado, Peculiaridades e particularidades culturais do município, Pertencimento Territorial e Cidadania e Mobilidade Populacional, como pode ser observado na quadro 1.

Proposta de resgate de informações sobre um município considerado periférico: Guaporema – PR

I-Desenvolvimento local sustentado

- 1) O Sr. considera que nos últimos 30 anos houve desenvolvimento no município?
- 2) Que tipo de desenvolvimento o município deve proporcionar para a sua população?
- 3) Se houvesse uma proposta para a organização dos trabalhadores da cidade em função de suas qualificações, para o desenvolvimento de uma atividade produtiva no município, ela seria aceita, teria possibilidade de êxito?

II-Peculiaridades e particularidades culturais do município

- 1)Quais atividades culturais foram ou são desenvolvidas aqui no município?
- 2)O que poderia ser implantado como atividade cultural no município?
- 3)A população tem costume de participar de eventos culturais?
- 4)Qual o lazer principal da população: como era e como está? Houve muita alteração?

III-Pertencimento territorial e cidadania

- 1) As crianças do município conhecem a história da região e do município?
- 2) Em linhas gerais os cidadãos do município valorizam ter nascido no município?
- 3) A sociedade local participa de discussões acerca do destino da coletividade?
- 4) Qual entidade é mais envolvida com a comunidade municipal. A prefeitura, a igreja, o governo federal ou outros?

IV – Mobilidade Populacional

- 1) Qual a origem mais freqüente das pessoas do município?
- 2) Na região, quais os municípios que exercem maior influência neste município?
- 3) A população que atualmente mora no município é constituída de: jovens, crianças ou adultos?

Quadro 1: Metodologia desenvolvida por Rocha, 2006. Adaptação: Santos, 2006.

No decorrer dos trabalhos o conteúdo das entrevistas foi classificado como: a) histórico b) econômico, c) potencialidades produtivas. Utilizamos ainda como metodologia, o mapeamento das entrevistas no Windows Média Player ou winamp, juntamente com um quadro de transcrição, à qual íamos transcrevendo as entrevistas. Este quadro está representada à seguir, e foi uma ferramenta importante para capturarmos e sistematizarmos todos os momentos das falas dos entrevistados.

MAPEAMENTO PRELIMINAR DE GRAVAÇÃO EM ÁUDIO				
Material de áudio - dados: Professora e Diretora da escola				
Item	Tempo	Tema	Citação	Comentário
1	0`17``	Chegada a Guaporema.	Muita gente, Só café e serrarias.	Migrante paulista 1957, alguns cultivavam cereais.
2	1`16``	Início da vida profissional.	Fui selecionada para lecionar, eu tinha 17 anos.	
3	1`50``	Fim da lavoura	Muita mudança, falta de serviço e o pessoal foi saindo.	
4	3`00``	O que poderia ter sido feito naquela época para reverter esta situação?	Se fábricas tivessem se instalado.	
5	3`35``	Entrada da cana-de-açúcar.	Arrendaram tudo para cana.	
6	4`05``	Redução na estrutura urbana de Guaporema.	Apelido de Lá Tinha!, cartório banco, laticínio.	
7	4`40``	Estrutura urbana de Guaporema.	Apelido de Lá teve!	Referindo-se a perda destes equipamentos urbanos.
8	5`05``	Atividades de lazer.	Baile, Festas, Clube.	
9	5`40``	O que mudou?	Era mais animado	
10	6`40``	Filhos.	5 Filhos sendo que 3 moram fora.	Dos 2 que moram em Guaporema, um é padeiro.
11	7`00``	Tempo de profissão.	28 Anos lecionando, agora adm. da creche., Graças ao prefeito!	
12	7`45``	Quem utiliza a creche.	Filhos de mães que trabalham geralmente na usina, abatedouro.	

Quadro 2: Metodologia desenvolvida por Rocha, 2006.

Esta metodologia foi muito enriquecedora para o trabalho, pois nos permitiu capturar cada detalhe das entrevistas, onde podemos destacar as partes mais importantes como citação para futuros artigos ou trabalhos afins. Juntamente com esta metodologia, filmamos cada uma das entrevistas e os locais visitados, para posterior elaboração de um *Compact Disc* que traduza as dificuldades e potencialidades locais.

Encerrada esta primeira etapa de investigação no espaço empírico de análise, os meses seguintes foram dedicados à exploração dos levantamentos de dados e confronto destes com a literatura disponível sobre desenvolvimento local.

2. Por que escolher uma pequena cidade ou município periférico como categoria de análise?

Quando escolhemos um determinado espaço para realizar uma análise é evidente a preocupação em deixarmos um legado que ajude a decifrar os problemas decorrentes dos processos, para que estes sirvam de esclarecimentos não somente na elucidação de fatos históricos, mas principalmente para a construção de uma qualidade de vida mais digna para a sua população. Quando se escolhe uma pequena cidade, termo utilizado por Endlich (2006), que enfatiza os processos sociais que caracterizam a formação desse espaço, é possível que durante alguns momentos da investigação pode-se cair num pensamento reducionista, de que este estudo não poderá contribuir de forma salutar. Trata-se de um preconceito ou pensamento equivocado, já que esta pequena cidade faz parte de um processo mais amplo que está configurado através de sua participação na microrregião e conseqüentemente na mesorregião, de forma escalar.

Podemos encontrar no trabalho de Endlich, a justificativa necessária para estudarmos as dinâmicas das pequenas cidades, principalmente aquelas que formam a Região Noroeste:

O que se denomina região Noroeste, consiste em uma área marcada pelo investimento capitalista, cujo empreendimento teve apoio do Estado e adesão de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, estes últimos reais produtores da riqueza gerada na região. Com a reestruturação da economia após a crise da cafeicultura, desconsideraram-se os trabalhadores e pequenos produtores rurais, até então agentes primordiais. A região possui uma elite que procura se articular para promover o desenvolvimento regional. Entretanto, sob este rótulo de desenvolvimento regional, na realidade, frequentemente se discute a projeção dos próprios negócios. As constantes modernizações não incluem os demais agentes produtores das riquezas regionais. (ENDLICH, 2006, p.25)

Para Endlich (2006), os fatos expressados mostram a relevância de estudar as pequenas cidades neste novo contexto econômico, seus papéis, possibilidades e significados. Afirma ainda que a realidade instiga a reflexão sobre as pequenas

cidades e demonstra a necessidade de estudar estes espaços não como forma de apologia a este tipo de localidade, nem tampouco de incorporar gritos amargos sobre a grande cidade, mas de respeitar e de reconhecer espaços concretos, frequentemente ignorados no cenário político acadêmico.

Utilizando-se de outra expressão, Rocha (1998) também demonstra a importância de se estudar uma cidade que na lógica da hierarquia urbana está relegada ao segundo plano, porém, utiliza o termo “município periférico”. Utiliza essa classificação, pois privilegia em seu trabalho a mobilidade exigida pela organização do capital. Partindo da premissa que ao investigar a direção dos fluxos das pessoas, sua intensidade e durabilidade, pode-se visualizar e apreender a produção e a configuração desse espaço. O autor observa o declínio demográfico e o deslocamento das pessoas como resultado também das atividades produtivas, sendo este processo denominado por ele como mobilidade centrada na força de trabalho. E, provavelmente, através dessa mobilidade, a legitimação da mais valia e do exército industrial de reserva, já que a força de trabalho, dependendo do contexto econômico e dos desdobramentos, através das diversas escalas, será valorizada como uma mercadoria. Consideramos esta uma pista relevante, enquanto forma de olhar e entender a formação de tais espaços. A seguir, justificamo-nos pela própria escrita do autor:

As sinalizações são dadas quanto à importância do processo produtivo e a circulação dos homens. A necessidade de um planejamento mais sistemático da produção levou a uma maior atenção da mobilidade centrada na força de trabalho. (ROCHA, 1998, p.40)

Nossa intenção não é sistematizar o pensamento dos dois autores citados, mas trazer à tona a reflexão acerca de perspectivas diferentes para se olhar e tentar compreender a organização de um mesmo espaço, como no caso, uma cidade.

Gostaríamos de destacar ainda a existência de conflitos entre alguns autores em relação às questões de escala, qual delas se deve adotar para “olhar” um determinado processo: a escala global, nacional ou local. Concordamos com Vainer quando afirma que “Qualquer projeto (ou estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos.” (VAINER, 2001, p.147)

Acreditamos que seja fundamental perpassar pelas diversas escalas para entender um fenômeno, mesmo que seja local. É impossível entendermos o nosso espaço empírico de análise, se não utilizarmos de diversas perspectivas, porém com

um recorte específico. No caso em questão, devemos primeiramente investigar as pistas que estão contextualizadas pela realidade regional, qual seja a microrregião de Cianorte.

3. Espaço Empírico de Análise

O nome Guaporema é inspirado na cultura tupi, “guapo” significa raiz, mais “rema” fétido, que seria raiz ou cipó fétido. Segundo lenda contada pelos moradores mais antigos, este nome surgiu porque na região era abundante uma árvore de nome “pau d’alho” e, quando retirada sua casca, exala um forte odor, para alguns desagradável.

Em 18 de outubro de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Guaporema, com território pertencente à Peabiru. Pela lei nº 4.338, de 25 de janeiro de 1961, foi criado o município com território desmembrado de Cidade Gaúcha e Rondon. Em 15 de novembro de 1961, deu-se o empossamento do primeiro prefeito, Sr. Issácio Barranco.

Durante as entrevistas, verificamos a existência de um problema de identidade em comemorar o aniversário da cidade em 25 de Janeiro, pois esta data não é contemplada pelo calendário escolar, o que não possibilita aos alunos comemorarem através do resgate histórico-cultural que o espaço escolar proporciona. Também porque esta corresponde ao período de férias e muitas pessoas da cidade estão em viagem, o que gera uma desmotivação, principalmente porque é muito comum alguns líderes responsáveis pela organização dos festejos estarem em trânsito. Para alguns pioneiros, a data deveria ser o dia 15 de novembro, antigamente comemorada.

Através do desdobramento da árvore genealógica do município de Guaporema podemos entender a sua formação. Pelos registros consultados, Guaporema teve sua gênese constitucional em 25 de Janeiro de 1961, emancipando-se de Rondon, que se emancipou em 26 de Novembro de 1954 de Peabiru, que em 14 de Novembro de 1951 desmembrou-se de Campo Mourão, que em 10 de Outubro de 1947 originou-se de Pitanga, que em 30 de Dezembro de 1943 emancipou-se de Guarapuava, que foi desmembrado em 17 de Setembro de 1852 de Castro, que se originou em 24 de Setembro de 1788 de Curitiba, que em 20 de Março de 1693 desmembrou-se de Paranaguá, que foi criado por Carta Régia em 29 de Julho de 1648. Como pode ser observado na figura 01.

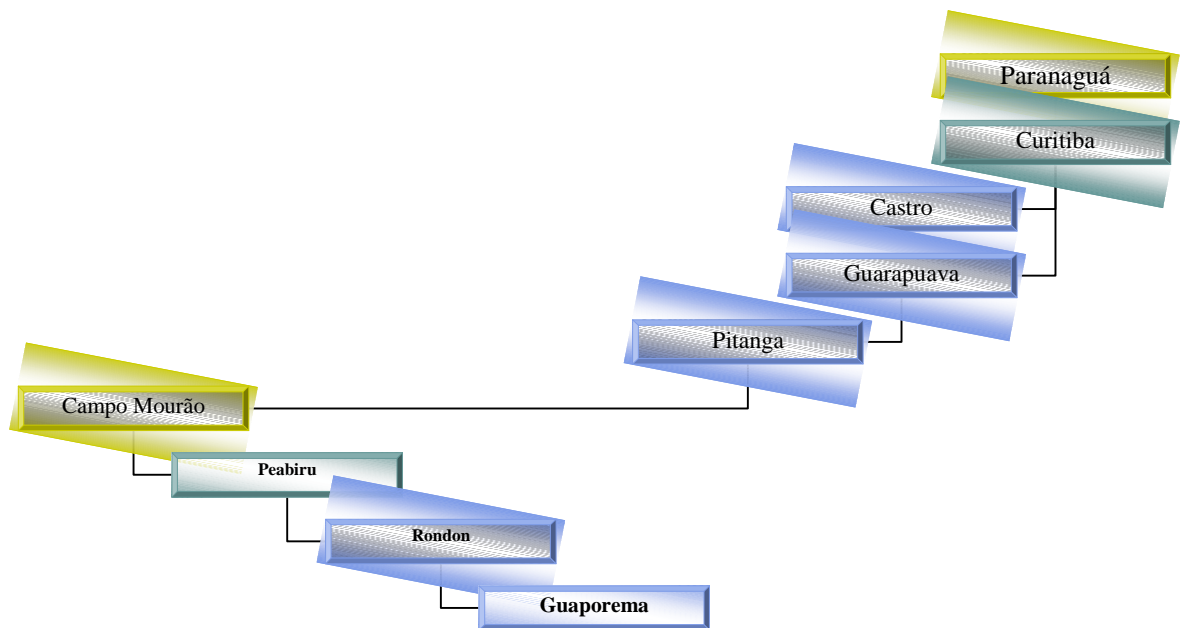
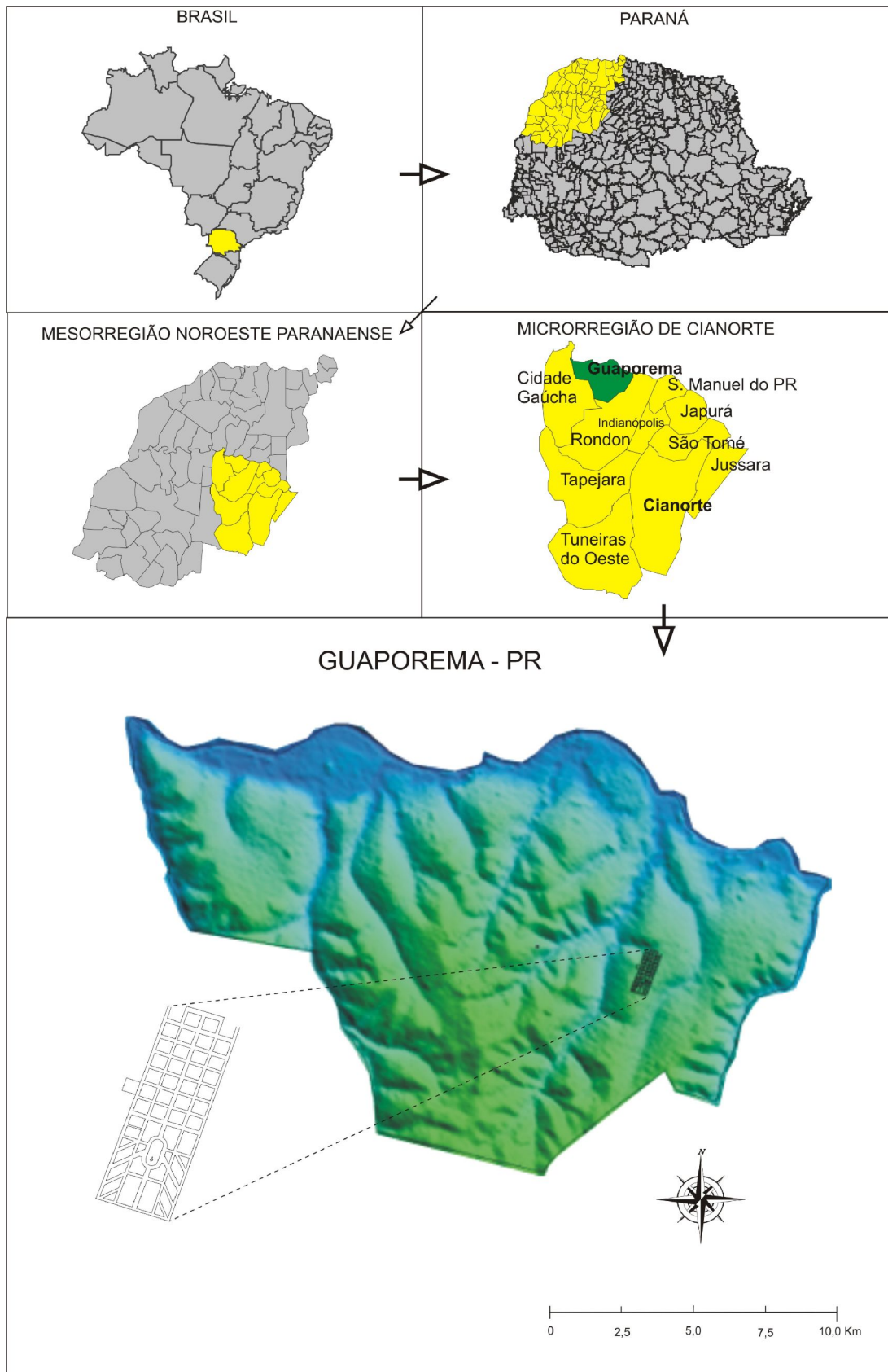


Figura 1 – Árvore Genealógica de Guaporema (considerando apenas a ordem de desmembramento); Elaborada por Santos (2008);

De acordo com o IBGE, Guaporema pertence à microrregião de Cianorte, conforme pode ser observado no mapa 1, e está inserida na mesorregião noroeste do Paraná, cuja história de ocupação está estreitamente ligada à expansão da fronteira agrícola através da cultura cafeeira. Sendo esta região, a última fronteira de expansão no Paraná. Como o café necessitava de uma considerável demanda de mão-de-obra, provocou o deslocamento de populações para esta região, o que possibilitou a formação de muitas cidades.

Inúmeros centros urbanos se formaram, em um movimento frenético de adensamento populacional intensivo e extensivo, dando suporte às atividades agrícolas e expansão. Não apenas as áreas rurais experimentaram incrementos substantivos de população, ao longo desse período, mas também o meio urbano se expandiu rapidamente. (IPARDES, 2004).

Segundo o IBGE, Guaporema possui uma área de 200 km². Seus limites são: Amaporã, Mirador e Paraíso do Norte (Norte), Cidade Gaúcha (sul e oeste), Rondon Sul e Leste. Está numa altitude de 550m acima do nível do mar nas coordenadas 23° 20' 35' Hemisfério Sul e 52° 46' 43' à Oeste de Greenwich.



Mapa 1: Localização do Município de Guaporema no contexto da Microrregião de Cianorte

Fonte: Base IPARDES, 2007, SEMA, 2005, NASA-SRTM, 2000

Elaboração e Confecção: TÖWS, R.L. e SANTOS, Valkiria T. A. , 2008

O município de Guaporema está localizado, segundo a divisão territorial do IBGE, no terceiro planalto do Paraná, pertencente à Mesorregião Noroeste, com 61 municípios, cujas principais cidades são Umuarama, Cianorte e Paranaíba. Como pode ser observado no gráfico, a microrregião de Cianorte possui 11 municípios e uma população total de 124.304 habitantes, sendo 62.985 de Cianorte. A microrregião possui uma área de 4.073.875 km². Verifica-se ainda no gráfico 1 que dos onze municípios da região, oito tem menos de 10.000 habitantes, dois municípios de 10.001 à 20.000 hab. e apenas um município entre 20.001 e menos de 100.000 habitantes.

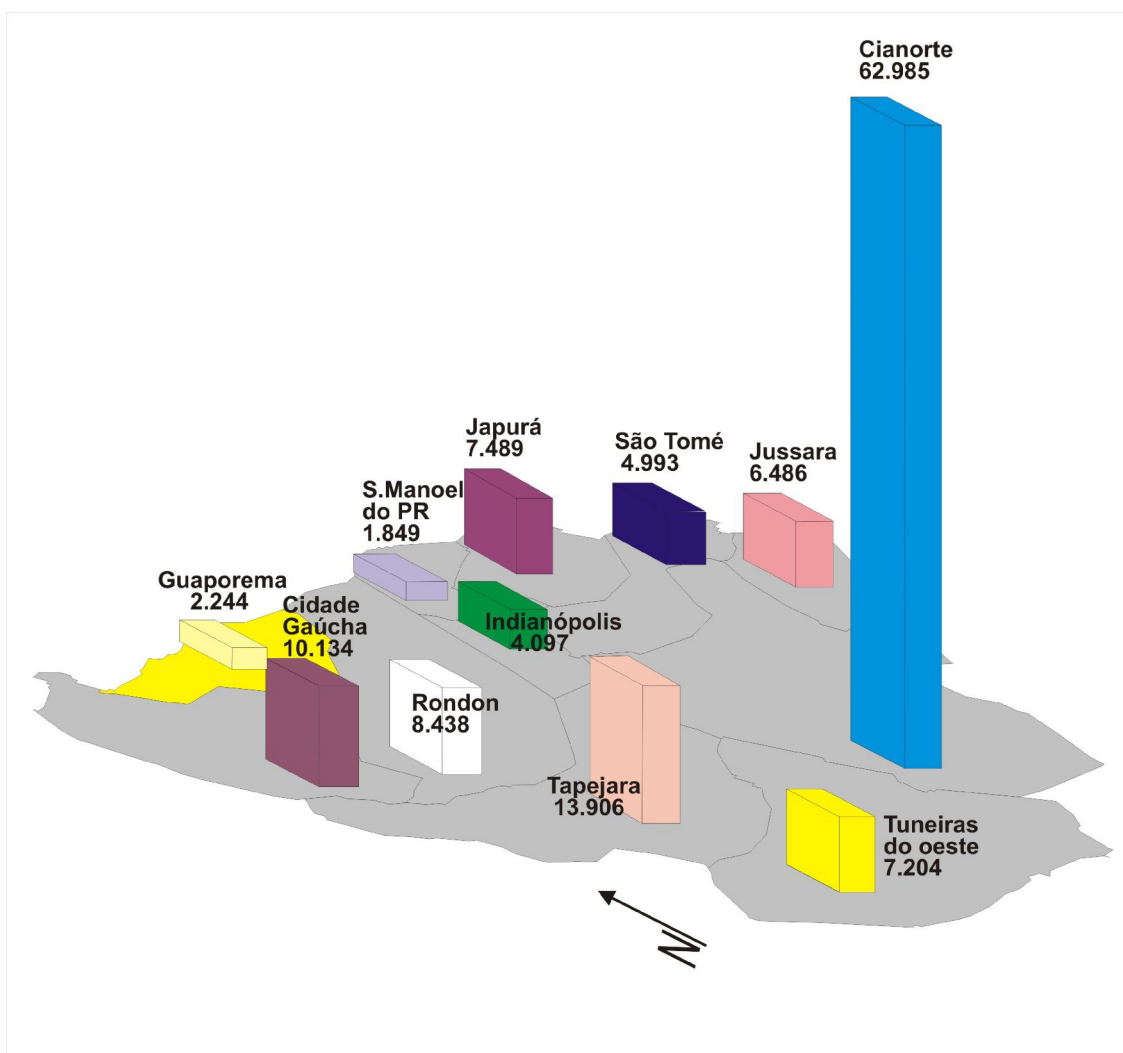


Gráfico 1: População da Microrregião de Cianorte por Municípios
Fonte: IBGE/ População residente estimada para 2006
Elaboração e Confecção: TÔWS, R.L. e SANTOS, Valkiria T. A. , 2008

Essa situação caracteriza um problema administrativo, porque os recursos ficam cada vez mais dispersos, desencadeando uma gama de dificuldades para os

municípios manterem seus serviços, o que resulta muitas vezes em perda de equipamentos.

4. A importância de olhar para o trabalho das mulheres.

Considerando as relações sociais que se estabelecem no espaço atual, é imprescindível destacar o papel que a mulher exerce. Para tal se faz necessário estudar a produção desse espaço e as relações de poder nele estabelecidas, desde a hierarquia que envolve os municípios, bem como investigar a própria dinâmica dos lares que irão se beneficiar da atuação da mulher enquanto agente econômico no sustento de suas famílias.

Pelos registros históricos, é visível o rol de conquistas que a mulher obteve até o presente momento. No entanto, com todas essas conquistas, ainda existe uma boa parcela da população feminina que mesmo tendo uma atuação de forte impacto na produção e geração de renda para sua família, em sua maioria não estão inseridas nas estatísticas, pois o resultado de seu trabalho na forma econômica se encontra pulverizado ou ainda é desvalorizado, já que ela o realiza de forma paralela e concomitante aos cuidados de seu lar, caracterizando uma extensa jornada denominada de sobretrabalho. E, nos casos de municípios com predominância de atividades rurais, se caracteriza pelos afazeres do campo, como por exemplo, os cuidados com a criação e/ou lavoura.

O trabalho que investigamos muitas vezes recebe a denominação de artesanato, mas possui uma gama riquíssima de atividades que vão do bordar, costurar, pintar, tecer etc. O nosso objeto de estudo nasce da intenção de investigar esse universo feminino paralelo (da perspectiva econômica), que por se caracterizar como alternativo, não é quantificado, e por isso também não valorizado adequadamente em sua dimensão econômica e social. Neste caso, especificamente, escolhemos investigar a vida das mulheres de um município periférico, que conta com um pouco mais de dois mil habitantes e que, por este fator, e pela sua localização na hierarquia urbana, tendo em vista a sua localização e relação à cidade-pólo, possui peculiaridades na busca de caminhos para a produção e comercialização dos produtos, diferentes daqueles que já ocorrem nas cidades de médio ou grande porte.

Durante muito tempo a mulher e seu trabalho estiveram à margem de estatísticas. Somente a partir da década de 1960 é que iniciaram as primeiras pesquisas a respeito da economia do trabalho em relação à mulher, antes disso era negligenciado, pois a maioria das investigações era realizada por economistas

homens e, muitos destes, não consideraram relevante a participação feminina. Hoje, existem muitos estudos sobre a segregação ocupacional, a discriminação no emprego e a disparidade salarial relacionada ao gênero, que sem dúvida nenhuma servem para diminuir o preconceito de gênero. Mas, em relação ao trabalho não quantificado que a mulher exerce de forma alternativa, ainda se encontram muitas lacunas, que podem e devem ser investigadas.

Percebemos que em Guaporema, a organização alternativa do trabalho das mulheres possui grande expressividade e poderá contribuir para o desenvolvimento local. Desta forma, é de fundamental importância entender a sua dinâmica e organização para dimensionar adequadamente o papel delas e do seu trabalho na formação da sociedade.

5. O que são empreendimentos econômicos solidários.

A Economia Solidária não é um novo sistema econômico, nem tampouco antagônico ao capitalismo. É uma nova proposta para produção e geração de renda, que considera as potencialidades produtivas locais, expressas por meio do trabalho das pessoas: uma ferramenta chave para a emancipação cidadã.

Nas palavras de Culti³ (2004), a economia solidária é:

Uma reação contemporânea, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais, que estão em sua grande maioria excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nelas se organizam pela via da solidariedade, trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca do trabalho e renda. Ou seja, de modo geral, pode-se dizer que pessoas ou grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e insignificante crescimento econômico. (CULTI, 2004, p.5).

Por essa perspectiva, podemos observar que os empreendimentos econômicos solidários só existem pela soma da contribuição que cada um dos atores sociais possam oferecer à sua comunidade. Sendo que o objetivo maior é o bem comum, uma

³ Professora Doutora no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Estado do Paraná, integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e Coordenadora Geral do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho).

resposta adequada para os anseios sociais que estão latentes em pequenas cidades ou municípios periféricos.

Os empreendimentos econômicos solidários se caracterizam por um novo agir social, onde a concorrência é descartada, substituída pela relação de solidariedade e cada ator exerce uma parte do trabalho. Neste caso, a divisão do trabalho que visava apenas maximizar o lucro é suprimida e sede espaço para que todos os atores possam compartilhar das responsabilidades e ganhos de maneira igualitária. Salientamos ainda que para isso é necessária às etapas de formação e qualificação de todos para que o processo ocorra em sua plenitude.

A maior contribuição dos empreendimentos econômicos solidários acontece na esfera social, pois possibilita às pessoas o desenvolvimento de suas habilidades, o resgate de sua auto-estima e identidade, a relação de cooperação, e, destaca-se principalmente o seu caráter não-assistencialista. Assim, permite através do exercício do trabalho, a produção e geração de renda. Considerando-se que as políticas públicas são escassas em relação às pequenas cidades, os empreendimentos econômicos solidários são uma excelente alternativa, pois permitem o resgate social a um baixo custo econômico, já que apenas aproveita as potencialidades produtivas locais. Nas palavras de Santos:

Para eliminar o atraso e sair do subdesenvolvimento, uma política econômica bem pensada deve evitar a introdução de simples paliativos que dentro de algum tempo só irão piorar a situação. Desse modo, o que logo de início se impõe é a mudança das relações de produção. (SANTOS, 2004, p.?)

Esse é o grande diferencial da economia solidária: trabalhar com a questão dos excluídos, porém, não se preocupando apenas com o assistencialismo, mas buscando através da produção e geração de renda, de acordo com as especificidades de cada localidade e das habilidades de cada indivíduo do grupo, criar um sistema de redes que possibilite o resgate integral do ser humano e não apenas tapear suas carências em determinados momentos.

Para Rattner:

Em oposição ao sistema de competição, a economia solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, que torne a população em objeto passivo. Ela exige a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico. (RATTNER, 2005, p.03).

Dessa forma, a Economia Solidária através das cooperativas de produção ou associações, favorece a distribuição mais eqüitativa da riqueza, o que permite o resgate econômico e social.

Singer (2002) demonstra as diferenças entre empreendimentos econômicos solidários e empresas capitalistas. À seguir, destacamos as principais diferenças presentes nos empreendimentos solidários⁴:

- A solidariedade na economia solidária só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais.
- Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios tem a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.
- A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.
- Na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas retirada, que variam conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas.
- Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada.
- A maioria opta pela desigualdade de retiradas para não perder a colaboração dos cooperados mais qualificados que poderiam obter melhor remuneração em empresas capitalistas.
- Na empresa solidária, o escalonamento das retiradas é decidida pelos sócios, que tem por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas.
- Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembléia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que possam vir a formar cooperativas), outra é posta em fundos de investimentos, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta pode ser dividido em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa etc.

⁴ Este assunto pode ser visto com maior amplitude no livro Introdução à Economia Solidária de Paul Singer.

- Quando um sócio se retira da cooperativa, ele tem de receber sua cota do fundo divisível acrescido dos juros a ele creditados. Cada retirada do fundo divisível representa uma descapitalização da cooperativa.
- No fundo indivisível não pertence aos sócios que o acumularam, mas à cooperativa como um todo. Os cooperados que dele se retiram nada recebem dele. É um legado que os mais antigos deixam a seus sucessores.
- É regra nas cooperativas, que os novos trabalhadores passem por um estágio probatório, que varia em geral entre seis meses a um ano. Enquanto se encontram nesse estágio, os novos trabalham como assalariados.
- O fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro. Por isso é preciso que ela persista no tempo e não deixe de ser solidária.
- O fundo indivisível preserva a cooperativa da descapitalização. O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como pra difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.
- A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade.
- As empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem hierarquias de coordenadores, encarregados ou Gestores, cujo funcionamento é o oposto de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as informações de cima para baixo.
- Ao longo do tempo acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes.
- Pelo visto, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem que se preocupar com os problemas gerais da empresa.
- O fato de todos ficarem a par do que acontece, contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos.

- A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

Estes são apenas alguns exemplos que tornam os empreendimentos econômicos solidários diferentes das empresas capitalistas. Fundamentalmente, a base dos empreendimentos solidários é construída sobre a democracia e a formação integral dos indivíduos, somando-se as habilidades de cada um.

Uma outra questão muito importante de ressaltar em relação aos empreendimentos solidários é a sua essência ligada à sustentabilidade.

6. Empreendimentos Econômicos Solidários, Capital Social e Desenvolvimento Sustentável.

Algumas palavras e conceitos são intrínsecos, ou seja, possuem uma relação de interdependência. É impossível falar sobre empreendimentos econômicos solidários sem nos referirmos ao desenvolvimento sustentável e a importância do capital social.

Desta forma, se faz necessário apresentar brevemente cada um desses conceitos e como eles se relacionam para que de fato ocorra o desenvolvimento local.

Primeiramente, gostaríamos de dizer que existem variadas aplicações para o conceito de desenvolvimento sustentável, que perpassam abordagens econômicas e ambientais. No entanto, o nosso enfoque se dá por meio da perspectiva social. Afinal, é um tanto quanto utópico que aconteça o desenvolvimento sustentável, sem que promova ações que envolvam o ser humano como parte integrante das transformações e dos resultados. Ou seja, o relevante é que o homem e a sua plena cidadania devam ser a essência de qualquer ação sustentável. Não adianta apenas nos preocuparmos em salvar espécies vegetais (o que também é muito importante) e nos esquecermos de olhar para os indivíduos que agonizam pela falta de esperança em decorrência da falta de políticas públicas que valorizem o seu lugar de vivência e o tornem atraente da perspectiva econômica.

Para que ocorra o desenvolvimento sustentável, são necessárias ações de inclusão, possíveis através dos empreendimentos econômicos solidários. Quem expressa isso é Culti (2007):

Para fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável, os instrumentos necessários são: capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre agentes locais, processo contínuo de inovação endógena e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território. O desenvolvimento endógeno deve promover, a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local. (CULTI 2007, p.4).

Não são necessárias ações espetaculares e muito menos utópicas para que seja promovido o desenvolvimento sustentável. É a partir da realidade local, do espaço de vivência, da criatividade, das relações do homem com a natureza local que pode e devem acontecer ações sustentáveis, que se traduzem pela inclusão de pessoas que são atores do processo. Furtado (*apud* VEIGA 2006) lembra que o desenvolvimento deve ser entendido como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins, ou seja, todo o processo se faz importante, não adianta apenas os resultados, e sim, possibilitar para que a sociedade, a comunidade local ajude na construção dos resultados, o que lhes permitirá um resgate socioeconômico.

Destacamos ainda, que o conceito de Sustentabilidade não pode sofrer uma restrição de uso apenas na/da perspectiva ambiental, já que o ser humano faz parte do ambiente e que suas ações são determinantes para o coletivo. Não se deve, por exemplo, procurar uma solução específica apenas para os casos de sustentabilidade material, mas entender que existe uma realidade global e esta deve ser contemplada.

Compreendendo que para ocorrer o desenvolvimento sustentável é necessário a inclusão das pessoas, fica mais fácil conceituar o que é capital social. Assim, deve ser entendido como o agir coletivo da sociedade, a cultura social em relação ao que uma comunidade pode fazer para transformar a sua realidade sem que haja necessariamente a interferência de políticas públicas (não estamos aqui estimulando a ausência delas, apenas considerando que o desenvolvimento local pode servir para consolidá-las). Landes (*apud* VEIGA 2006), destaca que através do aprendizado da história do desenvolvimento econômico, verificou-se que a cultura é a primeira geradora de suas diferenças.

Segundo D'Araujo, a capacitação humana é fundamental para que as habilidades econômicas sejam desenvolvidas, e que isso se chama capital social. Entendemos que, a capacitação humana é o instrumento essencial para que o processo de transformação social aconteça e legitime o desenvolvimento local. Nas palavras dela:

“Capital Social expressa basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos....é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.” (D’ARAUJO, 2003, p.10).

D’Araujo traz ainda em seu texto, o estudo de Robert Putnam, que tenta entender as disparidades de desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália, que de maneira bem sintética poderíamos descrever aqui: o que promovia o desenvolvimento do norte em relação ao subdesenvolvimento do sul, era justamente o capital social, ou seja, o que ele determinou como uma “cultura cívica”. Esta seria um maior envolvimento da população com a coisa pública, uma sociedade mais comprometida com o bem público, mais cooperativa e mais confiante nos seus pares. E que esta cultura cívica associada à confiança interpessoal, traduz-se em um recurso fundamental de poder para os indivíduos e para a sociedade, em um capital – capital social.

Para que as ações aconteçam devem estar alicerçadas sobre as colunas do capital social, que mantém as pessoas envolvidas em torno de um bem comum, no caso em questão, o desenvolvimento local.

Percebe-se através disso, a interdependência entre o desenvolvimento sustentável, o capital social e os empreendimentos econômicos solidários. Os mesmos são elos de um único processo, que possibilitarão uma ação eficaz na busca da cidadania ou no mínimo de inclusão social.

6. Resultados parciais das intervenções.

Como mencionado na primeira parte deste trabalho, estamos realizando investigações das potencialidades locais no município de Guaporema desde 2006.

Em Agosto de 2007, através do Núcleo da Unitrabalho⁵ – incubadora de Maringá, viajamos para Guaporema com o objetivo de reunir pessoas para a formação de cooperativas ou associações para posteriormente iniciarmos o processo de incubagem.

⁵ A Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 40 Universidades em todo o país. A Rede UNITRABALHO como um todo interliga 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

Na chegada, nos reunimos apenas com alguns líderes locais como vereador, diretor da escola, secretária da educação e algumas senhoras que representam o artesanato local. Nessa reunião houve a explanação do que seriam empreendimentos solidários e como funciona uma cooperativa solidária, bem como sobre o papel da incubadora. Ficou definido que na parte daquela tarde a reunião se tornaria mais abrangente, onde todas as pessoas da comunidade que tivessem interesses afins deveriam ser convidadas para participar.

Na parte da tarde, por volta das 15h30min, nos reunimos novamente, agora com um grupo mais amplo, contando com 36 pessoas, dentre elas algumas lideranças locais, como o prefeito, o líder do sindicato, a diretora da escola e um vereador. Um fato peculiar foi que esta reunião promoveu um diálogo entre grupos de oposição do município, o que foi muito comentado na cidade.

Durante a segunda reunião, houve novamente a explanação do que são empreendimentos solidários e qual o papel do Núcleo da Unitrabalho. Como resultado, tivemos a perspectiva da formação de três cooperativas, sendo elas: uma de produção de frango, uma de produção de artesanato e costura e outra de produção de leite. Para finalizar formamos três oficinas com cada um dos grupos e respondemos as questões ou dúvidas referentes ao processo. Também recolhemos os dados pessoais de cada futuro integrante das cooperativas.

Cabe ressaltar ainda, que a maior preocupação do grupo da incubadora seria o de sondar o grau de comprometimento dos futuros integrantes das cooperativas. Como naquele momento não houve a quantidade de pessoas necessárias para a formação de uma cooperativa e sim apenas de associações, ficou acordado entre os participantes e o grupo da Unitrabalho que a data limite para a integração de membros ao processo seria até final de Agosto de 2007.

Paralelamente a estes processos, tentamos consolidar nossas ações através da aprovação de projetos em editais, mas que só se tornaram viáveis no final de 2007, por meio do projeto denominado “Proninc” – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas⁶, cujo objetivo essencial é utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem trabalho e renda. Por esse motivo, um retorno com respostas mais profícuas só foi restabelecido em 2008.

No entanto, para que a comunidade não se sentisse abandonada ou iludida em relação às expectativas criadas, durante este intervalo, nós voltamos mais duas vezes

⁶ As universidades se envolvem com o Proninc de duas formas: promovendo atividades de apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações produtivas, principalmente através de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e realizando pesquisas que visem a produzir conhecimentos relevantes para a consolidação da metodologia de incubação.

para empreender outras investigações, atitude que se mostrou muito proveitosa, pois conseguimos manter o vínculo de confiança com os atores locais.

Foi proveitosa também, porque tivemos a oportunidade de conhecer trabalhos de maior qualificação, o que ampliou o leque de possibilidades para a formação de uma rede de comercialização tanto regional e posteriormente até mesmo para exportação.

Durante a investigação, percebemos sempre a vocação das mulheres para a organização alternativa do trabalho, ou seja, mulheres que por inúmeros fatores, principalmente por residirem em uma cidade periférica, buscam maneiras alternativas para aumentar a renda da família. Na maioria dos casos, percebíamos apenas a reprodução do sistema de facções, onde se cria um contrato temporário pela produção requerida em determinado momento. Mas, conforme a investigação foi se aprofundando, conhecemos o trabalho de cinco mulheres e um homem, os quais possuem um espírito empreendedor muito apurado. A partir de um modelo que elas conseguiram de forma até curiosa (copiaram o trabalho confeccionado na almofada de uma visitante que estava de passagem na casa de uma delas), reproduziram tal “arte”, chamada de “bico de jaca” em outras peças (toalhas de banho, toalhas de mesa, guardanapos, puxa-sacos, guarda-pratos e utensílios para churrasco, mantas de bebês, entre outros) e deram continuidade. O que nos chamou atenção foi o trabalho de alta qualidade e potencialmente comercializável. Faltando apenas poucos ajustes, para que em médio e longo prazo, possa tornar estes produtos com grande aceitação no mercado.

Entre tais ajustes, percebemos que seria necessário, num primeiro momento, viabilizar uma maneira para que elas comprassem o material de forma mais rápida e por um preço menor, para que o custo de produção se tornasse mais baixo. Para isso, seria necessário que a matéria-prima não fosse adquirida apenas em Cianorte, mas que deveria vir de centros maiores, até mesmo diretamente de São Paulo, e que os tecidos e outros aviamentos fossem comprados de peça fechada.

Percebemos também, que seria muito importante a embalagem dos produtos, tanto para o transporte, quanto para a valoração adequada, sendo necessário acondicioná-los de forma a despertar a atenção dos consumidores. Porém, a mudança mais promissora, se daria em relação à denominação do trabalho delas, que não seria mais tratado apenas como artesanato e, sim como enxoval, ampliando as possibilidades de comercialização. Atitude baseada nas palavras de Pessoa⁷ :

⁷ Claudes Pessoa é coordenadora nacional mulheres e Norte/ PPDLES

“Hoje na economia solidária a presença forte das mulheres no artesanato, confecção e alimentação, sem uma boa estratégia de qualificação dos produtos, distribuição e comercialização, (a vivência em grupos fortalece vínculos e auto-estima, mas, deixa a desejar nos resultados na renda pra vida das mulheres), esse fato acaba deixando brechas para a reprodução da desvalorização do trabalho das mulheres também na economia solidária.” (PESSOA, 2007, p.6)

É necessário valorizarmos adequadamente o trabalho das mulheres para que assim as possibilidades de comercialização e conseqüentemente uma renda sistemática sejam garantidas.

Atualmente estamos em fase de consolidação das cooperativas, principalmente a de enxovais, a qual será denominada de Cooperativa Artefaz, e que terá um enfoque maior na criação e confecção de peças de enxovais (cortinas, colchas, guardanapos, toalhas de cama, mesa e banho, peças para berço de bebê etc.).

Nossa última ação em 25 de Julho de 2008 foi levar um curso de *Patchwork* (bordado utilizando recortes de retalho e que formam figuras), para que fosse agregado valor ao trabalho das mulheres de Guaporema. Experiência que obteve ótimos resultados, pois as mulheres se sentiram valorizadas pela incubadora e também reconheceram uma ótima oportunidade para incrementarem seus trabalhos.

Nossas ações terão continuidade, principalmente, porque sabemos a importância de estimular-se o desenvolvimento local através de empreendimentos econômicos solidários, bem como para propiciarmos segurança até que esta cooperativa tenha condições de autonomia.

Considerações Finais

Conhecer a realidade de uma pequena cidade, que possui uma dinâmica diferente daquelas que estão situadas mais próximas de uma cidade pólo, nos obriga a refletir sobre diversas questões, entre elas: a mudança nos ciclos produtivos, a saída das pessoas em busca de novas oportunidades, a perda de equipamentos. Porém, quando pensamos à respeito do desenvolvimento local, o que mais instiga é a permanência e a resistência dos que ficaram. O que fazer para auxiliá-los na busca por uma qualidade de vida, que preencha não somente suas necessidades econômicas, como também suas necessidades culturais, lazer etc.

Quando se mergulha na profundidade da história de cada um dos habitantes locais, se percebe o elo de ligação com o local, e por isso mesmo, a resistência.

Então, todos os aspectos ganham novas dimensões e passam a figurar com uma importância mais ampla.

A História de Guaporema possui muitos fatos semelhantes com muitas outras cidades de pequeno porte do interior do Brasil, a mudança na estrutura produtiva que impulsionou muitos habitantes para as grandes metrópoles, provocando o declínio demográfico no local de origem. Porém, a história que está sendo produzida através da organização do trabalho alternativo das mulheres, poderá fazer toda a diferença num futuro não muito distante, e inclusive como já está acontecendo, em alguns casos, criar pertencimento com o lugar, além é claro de possibilitar uma maior qualidade de vida através da geração de renda.

Para o pesquisador, ter a possibilidade de intervir na realidade local, através da troca que a incubadora tecnológica propicia é uma experiência enriquecedora, porém um desafio de grande responsabilidade. Porque iremos trabalhar com as expectativas de pessoas que se encontravam marginalizadas em muitos aspectos. Deve-se ter a noção concreta de não repassar esperanças através de informações que expressem ações além do possível, para que a relação não seja prejudicada pela desconfiança. Deve-se ter também o cuidado na formação das pessoas em relação ao que são empreendimentos econômicos solidários, bem como da participação delas para que haja o sucesso da cooperativa ou associação.

Por último, cabe destacar o quão gratificante é estabelecer uma relação de confiança e reciprocidade com uma população carente além de tudo de atenção aos seus problemas. Isso só se realiza através do trabalho de campo.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. **Introdução à Geografia Cultural**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidárias Incubadoras Universitárias e Processo Educativo**. Texto publicado na Revista Proposta, Publicação da Fase, Jan/Mar – 2007, ano 31, nº 111.

_____. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos**.

Texto apresentado no IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas realizado de 4 a 7/07/2004 em Bratislava-República Eslovaca.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital Social**. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

FARIA, Nalu . **Economia Feminista.** Editora Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2002.

IPARDES - **Plano Diretor do Município de Guaporema** – cedido pela prefeitura em 2008.

PROJETO DE ACOMPANHAMENTO – PRONINC/ Sistematização das Metodologias de Incubagem – acessado em 16/07/2008

<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/apresentacao.php>

PESSOA, Cleudes. **Gênero, Economia Solidária e Desenvolvimento Local.**

Acessado em 15 /07/2008

http://solidu.files.wordpress.com/2007/12/economia_solidaria_emancipacao.pdf

RATTNER, Henrique. **Revista Espaço Acadêmico – Jan/2005.**

Acessado em 08/07/2008

<http://www.espacoacademico.com.br/>

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.**

Editora FGV, São Paulo, 2000.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas – um olhar para o norte central paranaense.** Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas; o que pode o poder local?** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XV, n.2, ago/dez, 2001: ano XVI, n.1 jan/jun, 2002

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável – o desafio do século XXI.** Editora Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2006.